

©Copyright, 2006. Todos os direitos são reservados. Será permitida a reprodução integral ou parcial dos artigos, ocasião em que deverá ser observada a obrigatoriedade de indicação da propriedade dos seus direitos autorais pela INTERFACEHS, com a citação completa da fonte. Em caso de dúvidas, consulte a secretaria: interfacehs@interfacehs.com.br

MUNDIALIZAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO: UMA DIALÉTICA QUE SE ESGOTA*

Bruno Lautier

Sociólogo, professor do Centro de Pesquisas do Institut d'Études du Développement Économique et Social (IEDES – Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne). Suas pesquisas atuais focalizam especialmente a economia informal, a proteção social e as políticas de luta contra a pobreza, particularmente na América Latina. Entre suas obras, destacam-se: *Femmes en domesticité: les domestiques du Sud, au Nord et au Sud*. (Coordenação, com Blandine Destremau). *Revue Tiers Monde*, n.170, avr.-juin, 2002; e *Brésil, Mexique: deux trajectoires dans la mondialisation* (com Jaime Marques Pereira). Paris: Karthala, 2004.

RESUMO

Este artigo procura esclarecer as relações entre três questões: mundialização, trabalho e gênero. Num primeiro momento são discutidas as quatro formas principais de mundialização e questiona-se o que ela traz de novo. É no trabalho que está essa inovação? Em segundo lugar, o artigo aborda a relação trabalho-gênero-mundialização: a mundialização modifica a relação no trabalho de forma diferenciada segundo o gênero, embora as formas da mundialização sejam inteiramente dependentes das relações de gênero no trabalho. Finalmente, examina-se a perenidade de uma mundialização que se alimenta da destruição da esfera doméstica por ela saturada e esgotada.

Palavras-chave: mundialização; trabalho; divisão internacional do trabalho; imigração; liberalismo.

Este artigo sustenta a ideia ampla de que a mundialização¹ modifica a relação no trabalho, de modo diferenciado e segundo o gênero; afirma também que, em compensação, as formas da mundialização são inteiramente dependentes das relações de gênero no trabalho. As análises da relação entre mundialização, trabalho e gênero raramente são otimistas: a mundialização apresenta-se como um movimento que possibilita a superação dos controles que restringem a violência do trabalho sob o capitalismo, controles estes (jurídicos ou outros) – quando eles existem – que dependem da conjuntura nacional. A mundialização permite que o capital se desloque livremente, em busca de “carne fresca”, chantageando o emprego, retirando do Estado qualquer possibilidade de gerir, ou mesmo de tornar mais lento esse processo. Neste sentido, a mundialização aparece como particularmente prejudicial para aqueles com menor capacidade de resistência: as mulheres.

Se a afirmação é em grande parte pertinente, está longe de esgotar a questão da dialética mundialização-trabalho-gênero. Pelo fato de ser a mundialização multiforme, a articulação de suas formas é modificada por sua própria dinâmica. Afirmar que as mulheres são mais “vítimas” da mundialização que os homens impede, paradoxalmente, que se esqueça que ela cria e “oferece” empregos, ainda que a qualidade destes não esteja à altura dos empregos destruídos e que a ideia da entrada das mulheres no mercado de trabalho assalariado, intrinsecamente libertadora, comece a perder terreno.²

Além do mais, uma vez que os homens são eles também vítimas da mundialização, torna-se necessário mostrar que a dominação política é reiterada pela mundialização, da qual os homens não passam de agentes motores ou intermediários.

Esclarecer este debate requer, inicialmente, analisar a abundância de sentidos implícitos na palavra “mundialização”, o que farei na primeira parte deste artigo, estabelecendo primeiramente a diferença entre as quatro formas adotadas por ela para, em seguida, examinar a questão do que constitui novidade na sua fase atual. Na segunda parte, procurarei mostrar como a mundialização afeta diretamente o trabalho feminino e masculino, de modo a poder indagar, em seguida, se essas transformações têm limites ou se elas se inserem em uma lógica sem controle e autodestrutiva.

SOBRE A NATUREZA DA MUNDIALIZAÇÃO

Partamos de uma caracterização empírica da mundialização: ela significa apenas o fato de que mercadorias que antes circulavam um pouco, ou apenas em uma pequena parte do mundo, passam a circular no mundo inteiro. A mundialização não é uma pessoa, ela é um processo, ou melhor, um conjunto de processos. Não sendo uma pessoa, a mundialização não “quer” nada, não se interessa por nada. Os julgamentos morais não estão em jogo: a mundialização não é nem “boa” nem “má”. No entanto, são cada vez mais comuns os julgamentos morais tanto entre os que a denunciam quanto entre os que dela fazem um balanço “globalmente positivo”. A moralização dessa questão permite apontar as vítimas exemplares (os trabalhadores das zonas francas chinesas, os trabalhadores rurais sem terra no Brasil) que exercem, no debate sobre a mundialização, o papel de bode expiatório, mas ao contrário.

As quatro circulações mundializadas

As “coisas” que circulam mundialmente parecem ser de quatro tipos. As quatro “mundializações” (circulações mundializadas) são totalmente diferentes, ainda que estejam nitidamente conectadas: cada uma com seus determinantes, suas formas e consequências.

As mercadorias (tangíveis e intangíveis)

A circulação mundial de mercadorias assume quatro formas: em primeiro lugar, o modelo antigo (o Sul exporta matérias-primas, o Norte exporta produtos manufaturados). Em segundo lugar, um modelo de subcontratação industrial internacional, o Sul (ou o Leste) efetua partes do processo de produção com um forte componente de mão-de-obra pouco qualificada, e o Norte se ocupa da concepção e, eventualmente, das partes de maior valor agregado (as roupas são desenhadas na França, o tecido sintético produzido na Alemanha, as roupas são fabricadas na Tunísia etc.). Em terceiro lugar, o modelo de descentralização industrial completo: os aparelhos de rádio ou brinquedos são concebidos e fabricados totalmente na China e vendidos na Europa. Em quarto lugar, o modelo de subcontratação internacional de serviços “em linha”: se você telefonar para sua seguradora na Inglaterra, escutará um forte sotaque indiano; na França, o sotaque será

levemente marroquino. Mesmo que as estatísticas sejam confusas, uma vez que misturam coisas muito diversas³ sob a categoria de serviços, a velocidade da descentralização (desconcentração) dos serviços aumenta indubitavelmente.

A maior parte das matérias na mídia sobre a mundialização reduz os movimentos à extensão em escala mundial da velha divisão concepção-execução. O Norte concebe e administra, o Sul executa e se submete. Pode-se dizer a mesma coisa – exagerando um pouco – das teorias recentes sobre o “capitalismo intangível” ou “capitalismo cognitivo”,⁴ que acrescentam um apêndice teórico um pouco exorbitante, segundo o qual só o trabalho “intangível” (estilismo, *design*, concepção, organização, financiamento, *marketing* etc.) produz valor. Ora, as coisas são um pouco mais complicadas: o nível de educação eleva-se no Sul e os engenheiros custam menos: as multinacionais de automóveis americanas deslocam para o México seus centros de pesquisa: as autoridades municipais de Chennai e Bangalore abriram tantas escolas profissionalizantes de informática que a criação de software já é feita localmente.

O dinheiro e as finanças

A crer em Braudel, o dinheiro sempre circulou no mundo na forma de finanças (o que significa que a circulação de dinheiro sempre delimitou o mundo conhecido); não é estranho, portanto, que a mundialização financeira esteja no coração da constituição das representações mágicas da mundialização hoje dominantes. Os trinta últimos anos foram, evidentemente, marcados pela aceleração dos fluxos financeiros (totalmente desmaterializados e informatizados) e pelas facilidades institucionais (fim do controle do câmbio, possibilidade ilimitada de remessa de capital etc.). É sem dúvida a distância entre esse aspecto imediatamente desterritorializado da circulação financeira e o fato de que os dois pontos de aplicação dessa circulação continuam (o trabalho mobilizado pelas finanças *versus* as bolsas, nas quais se concretiza o jogo da circulação: o lucro ou a mais-valia), estes acentuadamente territorializados, que constitui a base de todos os debates contemporâneos sobre a mundialização.

A mundialização financeira encontra-se perpetuamente em equilíbrio sobre a corda bamba, inatingível e ameaçadora (“Se os chineses pararem de comprar bônus do tesouro americano, haverá crise mundial” etc.).⁵ Ela tem papel chave na representação da mundialização em geral como *fatum*: à menor reivindicação salarial, ou mesmo diante de qualquer demanda de simples respeito ao direito, os “capitais-

andorinhas” (como dizem os espanhóis) voam. O poder do Estado, mesmo progressista, inscreve-se nesta retórica de impotência, ainda que o Estado tenha, de modo geral, contribuído para sua própria impotência.⁶

Nada ou muito pouco foi dito sobre as relações da mundialização financeira com a divisão sexual do trabalho. O dinheiro, dizem, não tem cheiro; e é sobretudo assexuado. Se voltarmos a este componente “mágico” da mundialização,⁷ veremos que a mundialização financeira constitui seu ápice. Às vezes, certas reportagens com fotos ou vídeos nos indicam que, por trás das finanças erigidas em Londres ou Nova York, além do petróleo, há mulheres e homens trabalhando.

As pessoas (homens e mulheres)

Costuma-se traduzir mundialização por deslocamento e migração de dezenas de milhões de pessoas, que se deslocam porque trabalham, ou porque não trabalham e procuram trabalho, ou por outras razões (alguns milhões de refugiados, por exemplo). Dos que circulam mundialmente por causa do trabalho, muitos o fazem há muito tempo: marinheiros e aviadores; profissionais “expatriados”; consultores e *experts*; uma nova categoria mal remunerada e viajante apareceu há cerca de vinte anos: os funcionários de ONGs – organizações não governamentais.

As pessoas que se deslocam para encontrar trabalho vão cada vez mais longe: os circuitos “curtos” e relativamente fechados (Argélia-França e Turquia-Alemanha, por exemplo) deram lugar, em parte, a trajetos mais longos, erráticos e não predeterminados (com exceção dos casos muito mediatizados de “fuga de cérebros”, frequentemente regulados por meio de cotas: especialistas em informática de origem indiana na Califórnia, médicos árabes nos hospitais franceses). O mais importante está na natureza da atividade do trabalho exercido pelos que migraram: este é cada vez menos relacionado com atividades agrícolas⁸ ou industriais. O que está em evidência no momento são as atividades de “cuidados” – *care* –, de “serviços pessoais” de toda ordem, em grande parte privados, mas, às vezes, públicos: babás, prostitutas, empregadas domésticas, auxiliares de enfermagem e médicos, empregados em casas de repouso. Trabalho majoritariamente exercido por mulheres.

Em certos casos, é o cliente desses serviços que migra: centenas de milhões de turistas, por algumas semanas; mas também pessoas que vão gozar uma aposentadoria,

prazerosa ou não, ao sol: japoneses na Andaluzia, americanos no México ou nas Antilhas.

Há, é evidente, uma relação entre essa reconfiguração atual das imigrações e as transformações da divisão internacional do trabalho. Mas não é simples estabelecer suas causas: de um lado, os países do Norte têm “menos necessidade” de fazer vir trabalhadores e trabalhadoras que produzem camisas e automóveis; por outro, têm “mais necessidade” de babás, empregadas domésticas e prostitutas de pele bronzeada. A descoberta da circulação mundial dos trabalhadores do *care*, por parte das ciências sociais, é recente e espetacular. Não se deve esquecer que, em termos puramente quantitativos, as empregadas domésticas, as prostitutas e os cuidadores de enfermos são em número bem inferior ao de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho pela mundialização e por ela também imobilizados.

Signos, símbolos e normas

Alguns signos estão muito ligados a mercadorias (como a publicidade, a moda e as normas de qualidade), diferentemente de outros (como o esporte, a religião e a arte). A mundialização é tanto causa da mercantilização dos signos (as emissoras de televisão e os jogos olímpicos são vendidos no mundo inteiro, e os “pastores televisivos” são prósperos), quanto sua consequência (é possível encontrar torcedores do Real Madrid da Argentina, como também no Paquistão; o mesmo não se pode dizer da esgrima ou da canoagem, que pouco sustentam os mercados de “produtos derivados”). Está longe o momento de sabermos se a mundialização da circulação dos signos-mercadorias tem um papel idêntico ao exercido no passado pela mundialização das ideologias religiosas. De fato, McDonald’s ou Nike produzem e impõem normas morais e comportamentais, mas nem por isso estas são religiosas, não mais que os valores veiculados pelos jogos eletrônicos; enquanto isso, as duas grandes formas de proselitismo religioso em escala mundial – o islã “radical” e a evangelização protestante, particularmente a pentecostal – crescem visivelmente, pelo uso dos canais comerciais da mundialização.

Não há, pois, contradição radical entre a mundialização dos signos ligados à mundialização da circulação das mercadorias e a mundialização dos outros tipos de signos (particularmente os religiosos). Mesmo que o islamismo radical, por exemplo, coloque-se contra a cultura mercantil do “grande Satã”, isto não impede que os islâmicos – excetuando, é claro, os líderes religiosos – usem camisetas e tênis de marcas

americanas (fabricados na China). Mas não há, igualmente, uma clara “divisão do trabalho” – as marcas da ideologia para os ricos, o fundamentalismo religioso para os pobres. Há até uma concorrência entre os dois sistemas de signos, concorrência esta que se dá, aliás, em nível mundial (via parábolas e Internet), que produz localmente formas sincréticas e oposições ferozes e efêmeras, sem que seja realmente possível prever modos de coexistência entre os dois sistemas de signos.

Esta quarta forma de mundialização é a que polariza o debate político, porque aqui o *fatum* parece pesar menos; parece plausível desmontar um McDonald’s em Millau, fazer um discurso “radical” numa mesquita da periferia de Londres ou exigir “ética na etiqueta”, desde que os computadores ligados à bolsa permaneçam intocáveis. Mas a separação entre o debate sobre essa forma de mundialização e o debate sobre as três outras formas é perigosíssima: seja o confinamento em um anátema repetitivo (o “eixo do mal” contra o “grande Satã”); seja a desvalorização das capacidades de digestão sincrética de signos do movimento de mundialização;⁹ seja a hipervalorização de “valores tradicionais”, que podem ser antes de tudo machistas ou feudais.

É nova a mundialização atual?

A “mundialização liberal” atual não é a primeira: o mundo vive etapas de “mundialização”, comportando os quatro aspectos acima citados, desde Alexandre, o Grande, passando pelas conquistas árabes, pelas cruzadas, pela conquista das Américas, pela Companhia das Índias. Mais próximo de nós, o período que vai da década de 1860 até a de 1910 não fica nada a dever, provavelmente, ao período atual, se tomarmos como indicadores o montante da riqueza mundial que circula internacionalmente, o número de imigrantes, a internacionalização do sistema financeiro, o proselitismo religioso intercontinental etc. Se levarmos em consideração os indicadores quantitativos, é possível dizer que o argumento da intensificação da circulação é o único que poderia configurar o sentido da novidade da mundialização.¹⁰

Se considerarmos os indicadores qualitativos, vamos deparar necessariamente com o problema da denominação, isto é, com a questão de saber se hoje podemos chamar de “mundialização” fenômenos que existiram anteriormente sob outra denominação. São diversas as razões: o palco poderia ser ocupado por outros debates (o confronto Leste-Oeste; as relações centro-periferia e o imperialismo, por exemplo) e, por

consequente, seria diversa a análise dos mesmos fenômenos; ou ainda os mesmos fenômenos eram vistos sob o ângulo de suas conotações positivas, quando hoje esse ângulo é outro (por exemplo, os “investimentos diretos fora do país” eram tidos na França, por volta de 1990, como sinal positivo de potência industrial. A partir do momento em que denominamos esses investimentos “deslocalização”, sinônimo de perda de empregos, nós os colocamos na conta da mundialização).

Contudo, a questão de saber se a fase atual da mundialização é qualitativamente nova merece sem dúvida uma resposta positiva. São três os indícios que podem confirmar a afirmação.

- *O primeiro indício* é o dos efeitos qualitativos da intensificação da circulação: em quinze anos, Bangladesh (que não exportava roupas na década de 1980) tornou-se o primeiro fornecedor de camisetas e de camisas aos Estados Unidos (mais de um terço do consumo); mas, com o fim do acordo sobre multifibras e o deslocamento dos capitais para a China, é provável que daqui a cinco anos só exista em Bangladesh um campo de ruínas industriais. A destruição da indústria têxtil indiana pelos ingleses levou um século e meio. Poderíamos multiplicar os exemplos em outras áreas: a IBM vendeu, em algumas semanas, sua área de microcomputadores a uma empresa chinesa; os heróis da juventude mundial, jogadores de futebol ou personagens de filmes, têm expectativa de vida mais curta; e as guerras neocoloniais são programadas para durar um mês no máximo.
- *O segundo indício* de originalidade da fase atual de mundialização é seu caráter “liberal”. A palavra tem três sentidos: o primeiro, o mais comum, é que os Estados não são seus principais motores. A novidade desta característica é a nuance: o império da Companhia das Índias (Holandesa) foi constituído por uma empresa privada, pelas imigrações do final do século XIX e, antes, em grande parte pelo comércio de escravos, que não foram criações de Estados. Mas, em todos esses casos, o Estado e o capital privado não pareciam se opor. Quando o Estado não impulsionava o movimento de mundialização, ele o acompanhava, favorecendo-o frequentemente e dele extraindo benefícios. Na fase atual, as coisas são mais confusas. Para alguns, o “Império” é totalmente desterritorializado;¹¹ a mundialização se faz sem Estados, até dissolvendo-os. Para outros, se quase todos os Estados não têm mais nenhum controle, ou mesmo influência alguma

sobre o movimento de mundialização, há ainda um para quem a mundialização continua um objetivo de governo: os Estados Unidos.¹²

O segundo sentido da idéia de “mundialização liberal” é que seus determinantes são puramente capitalistas: acumular o máximo em um mínimo de tempo. Isso não quer dizer que a mundialização seja isenta de efeitos em outras áreas (ideias, crenças, direitos e o respeito a estes etc.); mas isto não seria desejável por si só, pois o liberalismo econômico triunfante leva a uma mundialização anárquica, não controlável e devastadora.

O terceiro sentido (raramente ressaltado) da “mundialização liberal” é o caráter “livre” do trabalho posto em questão. Em todas as fases precedentes da mundialização, a inserção no trabalho, momento crucial da mundialização, não era predominantemente “livre”. Isto é válido, certamente, para a essência dos movimentos migratórios: o comércio dos escravos, mas também – mais tarde – os milhões de trabalhadores europeus “engajados” que povoaram as Américas e a Austrália no final do século XIX, os *coolies* indianos e chineses transportados para a África do Sul ou para a América Central etc.¹³ Isto também é válido para as formas de inserção no trabalho que, nos países de onde partia o movimento da mundialização (a Europa, essencialmente), eram contemporâneas da expansão mundial do capitalismo. Hoje, no mundo inteiro, não é mais necessário usar correntes, socos, ou a “caixa de afogamento”¹⁴ para garantir o trabalho. A liberdade reina de fato.

- *A terceira nova característica* da mundialização é a simultaneidade e o grau de articulação das quatro formas de circulação já citadas. Quando analisamos as fases precedentes da mundialização, deparamos sempre com uma grande defasagem entre um movimento de mundialização que inicia o processo e as consequências em outros movimentos grandemente defasados no tempo, que levam muito tempo para se articular com o primeiro, e isto de modo imperfeito. Por exemplo, é verdade que as Cruzadas contribuíram para a circulação financeira e de mercadorias, mas tardiamente, de maneira incompleta e, com frequência, em contradição com o movimento religioso inicial. Na fase atual, tem-se a impressão de que tudo é interdependente, tudo é coerente numa espécie de multirreciprocidade das funcionalidades. É isso que nos faz citar a mundialização como um destino coletivo. Parece impossível opor-se de maneira organizada e eficiente à mundialização, mas não só isso; perde todo o sentido a ideia mesmo de

alternativas. Trata-se, no melhor dos casos, de contrapor (impor os *core labour standards*, para retomar a linguagem da OIT – Organização Internacional do Trabalho, com relação à questão do trabalho “decente”) ou limitar os efeitos mais indesejáveis da mundialização (como na questão do meio ambiente).

O trabalho é mundializado?

Mais que uma atividade própria de trabalho, o que é mundializado é um conjunto de determinantes do trabalho, que assumem as quatro formas de circulação mundial citadas anteriormente. Na essência, o trabalho continua ancorado no território.

Como vimos anteriormente, poucos trabalhadores (de todo modo alguns milhões) circulam no mundo por razões de trabalho: profissionais liberais, uma pequena parcela de empregados domésticos, prostitutas, especialistas em “missão” (entre os quais especialistas em mundialização, como os funcionários internacionais e os diplomatas), militares e técnicos de nível superior. A divisão internacional dos coletivos de trabalho avança rapidamente, sem, contudo, aumentar o montante de seus membros que circulam. De um lado, a divisão tradicional criação-execução avança (criadores no Norte, fabricantes no Sul). Por outro lado, a criação propriamente dita pode ser repartida com empresas subcontratadas, juridicamente distintas, situadas a milhares de quilômetros. O progresso nas telecomunicações multiplicou os exemplos nos serviços (ainda que o peso do fator linguístico e das referências culturais torne muito lento o processo): espanhóis que copiam as “páginas amarelas” da lista telefônica da France Télécom; contratos de seguros ingleses tratados na Índia; contratos publicitários provenientes de milhares de quilômetros, tanto do cliente potencial quanto do lugar de venda; livros e artigos de revistas escritos em Bagdá, editados na França e impressos na Espanha etc. Apesar de tudo, o trabalho continua ancorado territorialmente; e quando essa âncora se rompe, os trabalhadores ficam sem trabalho.

A MUNDIALIZAÇÃO, TRANSFORMADORA DAS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO E TRABALHO

Imagens empíricas da relação trabalho-gênero-mundialização

O debate sobre o tema trabalho-mundialização-gênero encontra-se repleto de um *a priori* que poderia ser resumido assim: a mundialização é uma exacerbação das tendências do capitalismo; como o capitalismo é nefasto – pelo menos para o trabalho – e mais nefasto ainda para as mulheres, podemos dizer que a mundialização é também nefasta para elas. As mulheres são, portanto, vítimas privilegiadas da mundialização.

Esta ideia comum apoia-se em imagens e evidências: imagens das fábricas ultratayloristas chinesas de eletrônicos ou de brinquedos, nas quais milhares de trabalhadoras alinhadas e imóveis montam, em silêncio, nossos bens de consumo; reportagens de jornais descrevem semanas de trabalho de 75 horas, pagas a 15 euros, e mostram trabalhadoras de 16 anos dormindo nas máquinas. Diante de tais evidências, economistas doutos afirmam que, apesar de tudo, essas trabalhadoras são menos pobres que milhões de trabalhadoras do campo e desempregadas que não aparecem nas fotos; e que, de algum lugar têm de vir os 9% de crescimento do PIB chinês.

Posto nesses termos, o debate só pode reafirmar posições morais *a priori*. Além disso, há o inconveniente de limitar a questão da mundialização às indústrias que produzem para a exportação. Outra posição, menos reducionista, vê na igualdade entre os sexos não mais a consequência (infeliz) da extensão mundial do capitalismo, mas uma condição essencial da perpetuação do crescimento econômico que, por sua vez, reativa a desigualdade entre os sexos.¹⁵ Numa tentativa de alargar um pouco este debate, começarei por identificar, empiricamente, as formas de trabalho estreitamente ligadas à mundialização que dizem respeito às mulheres e outras relacionadas aos homens.

A produção industrial e o que a acompanha

As mulheres predominam em certo número de atividades de produção industrial manufatureira diretamente determinadas pela mundialização, quer se trate da produção completa de um bem destinado à exportação (geralmente no sentido Sul-Norte: roupas, calçados, brinquedos, eletrônicos de grande consumo, utensílios domésticos etc.) ou da produção de um “segmento” apenas (no âmbito da subcontratação internacional: peças

automotivas ou materiais elétricos, por exemplo). A mundialização afetou muito pouco as formas “tradicionais” da divisão sexual do trabalho. Não só. A divisão criação-execução continua sendo em grande parte uma divisão sexual, evoluindo muito pouco quanto ao tipo de produtos: bens intermediários (siderurgia, química pesada, materiais de construção), máquinas, mas também certos bens de consumo (móveis) continuam sendo predominantemente fabricados por homens, sem falar do segmento da construção civil;¹⁶ e sua circulação é menos “mundializada” que a dos bens produzidos pelas mulheres. Outro tipo de divisão sexual do trabalho relacionado à mundialização também evolui muito pouco, mas evolui: a saber, mesmo que o Norte continue a exportar para o Sul mais bens produzidos por homens e, inversamente (os produtos do Sul importados pelo Norte são de preferência fabricados por mulheres), começam a existir sérias brechas no modelo: os computadores fabricados no Sul (Leste) são majoritariamente fabricados por mulheres (e muitos constituem meios de produção); mais e mais bens intermediários fabricados no Sul por homens são exportados para o Norte (aço e metais diversos, produtos de química pesada etc.).

Não se pode, contudo, negar a tendência global: os produtos do trabalho industrial de mulheres veem sua circulação se acelerar em escala mundial, mais que os produtos fabricados por homens. As razões são, de um lado, que o trabalho feminino é menos oneroso para o empregador (a diferença de salários entre homens e mulheres são maiores no Sul que no Norte) e, por outro, que os requisitos quanto ao nível de qualificação para a fabricação desse tipo de produtos são menos elevados que para os produtos fabricados pelos homens. Contudo, uma vez mais a “explicação” não é uma só, uma vez que se postula que é natural oferecer salários mais baixos para as mulheres, uma vez que, *in fine*, só poderiam ser mesmo inferiores.

A produção de serviços nas empresas e as mercadorias imateriais

A circulação de bens está associada a uma intensa circulação de signos (moda, *design*, normas técnicas e certificações etc.) sob controle predominante masculino, e também a uma forte circulação financeira (os “investimentos diretos externos”), esta também sob controle essencialmente masculino. As “pessoas” que circulam, executivos, engenheiros *outsourcers* etc. são todos homens. Homens que negociam com homens, com executivos e proprietários de empresas, produção, preço, margem de lucro, quantidades, prazos. As atividades da bolsa, o crédito bancário, as relações com o

comércio avalista são igualmente áreas em que o poder é repartido, as capacidades ruins de negociação do chefe de venda terão como consequência a aceleração do ritmo do trabalho daquelas que – mundializadas e imobilizadas – deverão fabricar mais rapidamente e com custo menor.

As mulheres são majoritárias nas atividades de serviços ligados à produção comercial mundializada, sendo elas próprias mundializadas: seguros, contratos publicitários, codificação e captura informatizada de dados etc. Como na produção de bens industriais, a divisão criação-execução tende a crescer; executivos e engenheiros são, em sua maioria, homens que circulam. Ainda que as mulheres sejam numerosas, elas são muito raras na organização e decisão dos fluxos internacionais: as mulheres “operadoras” imóveis falam para o mundo inteiro via internet. Verifica-se que a dupla feminilização-taylorização faz mais que resistir à mundialização. A elevação do nível de educação das mulheres jovens há vinte anos, espetacular na Ásia do Sul, no norte da África e, com certeza, na América Latina, permite deslocalizar para elas atividades de serviços taylorizados, mas que requerem um nível “médio” de educação. A elevação do nível de educação num contexto de mundialização mobiliza os homens e imobiliza as mulheres.

Os homens controlam e decidem a natureza e a destinação das mercadorias-signos, em todas as atividades culturais mundializadas (cinema, televisão, música), classificadas como atividades de serviços e que poderiam ser chamadas com mais propriedade de “mercadorias imateriais”. Mas a separação entre criação e execução é, sem dúvida, mas acentuada aqui, e não na produção industrial; os coletivos de trabalho, menos hierarquizados e mais móveis, reproduzem menos brutalmente que em outras áreas, a correspondência entre a divisão sexual do trabalho e a mobilidade/imobilidade aqui descrita. No entanto, seria sem dúvida excessivo ver o signo da pós-modernidade invadindo todas as outras esferas da circulação mundial.

Os serviços pessoais e o care

Aqui, contrariamente à produção de mercadorias materiais, há uma correlação estreita entre a mundialização da circulação comercial e financeira e a circulação de pessoas. Por razões de trabalho, esta última constitui a centralidade desse tipo de atividade, sendo majoritariamente feminina. Com efeito, há exemplos pontuais de mulheres que circulam durante suas atividades de trabalho, como profissionais mundializados (certas

empregadas domésticas, por exemplo); mas, em sua maioria, trata-se de pessoas (mais mulheres) que circulam mundialmente, em decorrência de suas atividades de trabalho, para trabalhar, e não durante suas atividades de trabalho. Ou seja, é o modelo do imigrante europeu de partida para a América há 120 anos,¹⁷ com algumas mudanças: não se parte para produzir, mas para servir... Os determinantes macroeconômicos, ou mesmo políticos, não têm nada de evidente aqui: os deslocamentos internacionais de capitais, as questões de competitividade e de direitos de alfândega não têm, aparentemente, nada a ver aqui. A mundialização parece existir sem outro determinante que ela mesma; sua forma é seu próprio conteúdo.

As mulheres são hegemônicas entre os prestadores de serviços “domésticos” (*care*) que circulam mundialmente: domesticidade sob todas as formas (em casa, empregadas domésticas, babás); enfermeiras; cuidadores de enfermos e “agentes de serviço” de casas de repouso etc. O caso francês (uma ligação forte com a legislação sobre a imigração e o reagrupamento familiar) não parece ser a norma (que é a de mexicanos nos Estados-Unidos ou dos filipinos por todo o mundo). Essa circulação mundial ligada à atividade de trabalho é muito diferente das outras: não se tem uma substituição da circulação feminina pela masculina a indicar uma clivagem: “homens gerentes” e “mulheres operadoras de máquinas”, “criadores” e “executoras” etc. Aqui, os homens são simplesmente ausentes.

Esta última particularidade leva às seguintes hipóteses: na maior parte dos países do Norte, as atividades de *care* se profissionalizaram pouco a pouco – permanecendo muito femininas. A relação entre trabalho doméstico e atividades de *care* continua forte: a naturalização do caráter “feminino” dessas tarefas; a exigência de disponibilidade permanente; a desvalorização simbólica e econômica (nível de salário, conteúdo das convenções coletivas quando elas existem etc.). Mas essa ligação se distende após dois ou três décadas, por razões múltiplas: movimentos sociais de mulheres que colocam explicitamente esta questão; ação voluntarista dos poderes públicos, desejando que as atividades de *care* “liberem” a mão-de-obra feminina e esperando inserir as mulheres no trabalho; ou simplesmente impossível encontrar uma mão-de-obra feminina nacional, aceitando as condições de salário e de trabalho em vigor. A “profissionalização” que podemos identificar pela certificação das competências (diplomas), pela especialização, pela produção de normas legais relativas ao trabalho, pela constituição de carreiras profissionais, acarreta elevação do custo mas também o desaparecimento parcial da disponibilidade permanente e de certas formas de submissão. A mundialização da

circulação das mulheres que exercem essas atividades permite, então, desprofissionalizar e “redomesticar” as atividades de *care*, apoiando-se na precariedade jurídica, na estigmatização e no racismo, mas também no rebaixamento dos orçamentos sociais, ou mesmo na produção deliberada de uma penúria de serviços públicos. Como na questão da subcontratação industrial, a mundialização aparece como um modo de regulação do capitalismo contemporâneo.

O disparo da bomba

O emprego, como se sabe há trinta anos, funciona como uma “bomba de sucção-repulsão”.¹⁸ O que interessou a pesquisadores e “decisores” nessa metáfora é a explicitação de um paradoxo: quanto mais se criam emprego, mas desempregados há, pois há três participantes nesse jogo (população ocupada, desempregados, população “inativa”). Os empregos criados “colam” numa população “inativa” e, ao fim de alguns anos, tanto pela impossibilidade de manter as cadências de trabalho estressantes quanto pela impossibilidade de mobilidade, lançam ao desemprego trabalhadoras prematuramente envelhecidas.

Ainda que as “reservas” de mão-de-obra feminina pareçam estar de modo incompleto esgotadas na França, a ameaça está bem presente. A reinserção no trabalho dos desempregados “não empregáveis, superprotegidos e preguiçosos” não é nada eficiente (mesmo no Reino Unido), e toma-se consciência de que o modelo da “bomba de sucção-repulsão” é maciçamente pertinente: não é possível beber da mesma água duas vezes.

A mundialização pode ser interpretada como um disparo cada vez mais frenético desse mecanismo. O capitalismo europeu, depois o norte-americano, havia funcionado segundo uma lenta sequência: 1) dispara-se, mobiliza-se, durante dois ou três séculos, majoritariamente homens (trabalhadores rurais desapropriados, artesãos arruinados);¹⁹ quando a necessidade de mão-de-obra aumenta com o desenvolvimento da indústria têxtil, são as mulheres, jovens (uma vez que velhas não sobrevivem) as contratadas. Resultado: pauperização, ameaça de extinção da galinha dos ovos de ouro, revoltas e revoluções como a de 1848; 2) determina-se o salário: paternalismo industrial de um lado, filantropia privada do outro, e, depois, o “Estado social”; criam-se as bases para uma mobilidade regulada no interior do salário; 3) durante os “trinta anos gloriosos” tudo vai

bem: a produtividade se eleva rapidamente, a redução da duração do trabalho (semanal e ao longo da vida) é rápida e, ao mesmo tempo, assiste-se a uma absorção controlada das últimas reservas (três quartos dos trabalhadores rurais e três a quatro milhões de mulheres jovens na França); 4) no final da década de 1970, tudo começa a ruir: a mobilidade é bloqueada, o que significa que a bomba que rejeita siderúrgicos de 50 anos em Longwy não cria caixas de supermercados em Nantes; a socialização dos custos de funcionamento do mecanismo, até então não contestada, transmuta-se na “crise do Estado providência” (não somente as pessoas vivem cada vez mais, como ainda querem ser bem cuidados e ter uma aposentadoria decente); apesar das esperanças colocadas na robotização, aliadas à intensificação do trabalho, os “efeitos estruturais” (a terceirização do emprego) fazem que a alta de produtividade seja insuficiente.

A mundialização liberal emerge no final desta história, ao mesmo tempo como solução (para a crise do capitalismo) e problema. Parece-me que duas pistas de resposta a esta questão da relação entre a crise global e a mundialização podem ser identificadas:

- *A primeira pista* emerge da filosofia econômica, e seduz muitos pesquisadores “críticos”: o trabalho intangível, que é ao mesmo tempo o desenvolvimento de um capital intangível para o trabalhador-empendedor nele mesmo, é a única atividade realmente produtora de valor.²⁰

O meio principal de saída da crise é a subversão total dos fundamentos do capitalismo, mecanismos de criação de valor (ou de sobrevalor); a partir disso, só o trabalho “intangível” cria valor (e não importa o qual, a guarda de crianças ou o comércio não parecem fazer parte disso). O resto, mesmo “indispensável” e “dominante do ponto de vista quantitativo” é “lançado na periferia”. Mas qual periferia? A China e a Nicarágua? A periferia do Norte de Paris onde vivem justamente as babás e as caixas supermercados? A realizar apenas atividades de criação intelectual e de concepção no lugar da criação de valor, as teses englobam todo o resto em um gigantesco amálgama onde se misturam, sem invenção, bens de consumo, trabalhadores rurais e trabalhadores sociais, domésticos e docentes... Tem-se a impressão de que tudo isso (95% da população que trabalha de todo modo) não passa de uma enorme massa de “apoiadores” do capitalismo *new-look* que, como por acaso, são majoritariamente “apoiadores”.

A afirmação desenha um mapeamento das atividades sociais em que os homens respondem com 90% das atividades que “produzem valor” enquanto as mulheres fazem entre 60 e 70% das atividades “subalternas”. Este mapeamento pode até ser pertinente haja vista o quadro lógico em que se insere, contudo é preciso deixar claro suas implicações. A primeira é que todas as atividades subalternas não comportam qualquer criatividade, ou pelo menos nenhuma que leve à geração de valor. A segunda é que as mulheres estão sendo, quase sem exceção, “redomesticadas”, sendo apenas pensadas como “ao serviço de...” de duas maneiras: como produtoras de *care*, geograficamente próximas dos “verdadeiros” produtores de valor (imigrantes do fim do mundo ou das periferias urbanas, ou os dois ao mesmo tempo); como operárias de fábricas, produzindo roupas, componentes de automóveis, televisores (pobres mulheres!), sem imaginação. A terceira é que as antigas teorias do imperialismo, das relações “centro-periferia”, encontram-se completamente embaralhadas: se de um lado só “o Norte” produz valor novo, por outro é “o Sul” que explora “o Norte”. Contudo, é cada vez mais no Sul – ainda que escondido pelos muros das zonas francas – que o trabalho é feito. Então?

Desta perspectiva teórica, a mundialização é, com efeito, uma das vias de saída da crise do capitalismo, não em si mesma, mas pelo fato de acompanhar e permitir o duplo reenquadramento das atividades “realmente” produtoras de valor: reenquadramento do trabalho intangível e dos territórios do “Norte”. O custo disto é enorme, um deles a brutal regressão na maneira de pensar a relação trabalho-gênero.

- *Uma visão teórica alternativa* seria a de retomar a ideia da “bomba de sucção-repulsão”, situando-a desta vez em escala mundial. A mundialização, vista a partir da articulação de suas quatro formas citadas acima, oferece todas as condições para o disparo dessa bomba.

Se examinarmos atentamente a evolução, após cerca de vinte anos, diremos que, quanto à relação mundialização-inserção no trabalho, a primeira impressão é a de um capitalismo predador, análogo ao colonialismo extrativista da primeira metade do século XX. Mas, neste caso, a articulação capital privado-intervenção do Estado era forte: o Estado fornecia tudo (estradas, energia, educação etc.), enquanto o capital privado extraía e exportava. Ao final do século e início do seguinte, as diferenças são grandes: o Estado não provê tudo, mas apenas o que é necessário (estradas das fábricas ao porto ou ao aeroporto; energia para as fábricas; algumas formações técnicas que não podem

ser descentralizadas. Com o resto, ele é discreto: pouco ou nenhum direito ao trabalho; pouco ou nenhum imposto; e – sempre – liberdade de ir e vir para os investimentos e lucros.

A essência do negócio é considerada como um “recurso natural”: a mão-de-obra. Aliás, não tão natural. Um passado “socialista”, exorcizado ou mesmo esquecido, tem suas vantagens, uma vez que oferece ao mesmo tempo um bom nível de educação (a China vale mais que a Índia, a República Tcheca não é má; quanto a Cuba, ainda não sabemos), saúde e mesmo habitação. E o socialismo preparou as mulheres para o trabalho. O fim do socialismo teve a vantagem de criar uma reserva de mão-de-obra ociosa, cuja única demanda é a de ser rapidamente mobilizada. Lá, onde o socialismo permanece desconhecido, onde “o trabalho informal” constitui há muito a norma (a África central, por exemplo), é inútil investir para esgotar o “recurso natural”, e para fazê-lo trabalhar no local seria muito oneroso. É mais simples e eficiente deixá-lo tentar as atividades de *care* nas antigas metrópoles (as novas formas de darwinismo social engendradas pelo controle de imigração farão que apenas os mais produtivos e as mais produtivas, cheguem até nós).

Mas é neste ponto que a lógica perde o controle, isto é, que o encurtamento das sequências temporais a torna autodestrutiva. Há quarenta anos, quando a Citroën foi implantada na periferia de Rennes para contratar jovens, filhos e filhas de agricultores em risco, dizia-se que se tratava de um projeto pluridecenal. A duração do investimento estava mais ou menos associada à lentidão das mudanças sociais, as quais tornaram possível que, na segunda geração, a recusa maciça do taylorismo bem ou mal fosse articulada com as mudanças técnicas e mobilidade social intergerações. Nas Ilhas Maurício (que inauguraram o modelo), em seguida no México e na Tunísia, e depois na América Central e em Bangladesh, tudo se acelera: tudo ocorre cada vez mais rapidamente. Se antes um investimento era calculado para vinte anos, depois para dez, hoje sua duração é prevista para cinco anos ou até menos. A situação agravou-se com a descentralização dos investimentos: há vinte anos eram construídas fábricas por subcontratação nas grandes cidades; a mão-de-obra (frequentemente jovem, feminina) podia “rodar”, se esgotar ou ser rejeitada. Em muitos países, desde meados da década de 1990, as fábricas “no meio rural” pareciam mais rentáveis: salários inferiores, monopólio de contratação, ausência de sindicatos, prevalência do poder local. Mas se de um lado a bomba de sucção aspira mais rápido, de outro ela devolve mais rapidamente ainda. Ao cabo de cinco anos (até menos), a “fonte de mão-de-obra” se esgota.²¹ O meio

rural se cobre de fábricas ociosas (para que se dar ao trabalho de desmontar uma fábrica cujo custo já se amortizou há tempos?); espera-se que a economia informal recupere os detritos da bomba, como se ela tivesse autonomia econômica.²²

A questão que se coloca atualmente é a da perenidade de um sistema em rota de descontrole. Alguns indícios justificam a indagação. Um deles, recente (início de 2005) é o fim do “acordo multifibras”, cunhado à entrada da China na OMS (Organização Mundial do Comércio). Que será da indústria do vestuário, supostamente o motor de uma dezena de países no mundo que se desenvolveram unicamente pela incorporação e rejeição contínuas da mão-de-obra feminina e jovem, em que a proporção de mulheres jovens chefes de família é de mais de 35%, sem nenhuma perspectiva de emprego uma vez que suas fábricas foram fechadas? A grande diferença introduzida pela mundialização é a ausência total de instância de regulação da “bomba”. As tentativas de regulação ativeram-se às regras do comércio (que dizem respeito unicamente à qualidade dos produtos e às formas de concorrência), regras “mínimas” do trabalho; jamais ao processo de inserção das pessoas no mercado de trabalho, e, menos ainda, ao que expulsam as pessoas dele.

A última grande profecia catastrófica sobre a maneira pela qual a economia mundial capitalista funcionava de modo essencialmente autodestrutivo, a de Rosa Luxemburgo (1913), tem já um século e revelou-se em parte falsa. Ameaçado de morrer de esgotamento e de saturação, pela incapacidade de encontrar novas zonas virgens, o sistema que Rosa Luxemburgo não denominava de “mundialização” fabricou de maneira dolorosa suas soluções: duas guerras mundiais, a crise de 1929 etc. Passado o tempo, tudo isso é deixado de lado, sendo motivo de preocupação apenas a continuidade das causas que originaram a ansiedade da década de 1910: o capitalismo só funciona na base da predação de um “exterior”, cada vez mais difícil de ser encontrado virgem ou a reconstituir. Evidentemente, ainda há centenas de milhões de indianos e chineses a serem “mobilizados”; alguns lugares são preservados (sudoeste da Ásia, sul da África). Porém, globalmente, os índices de saturação encontram-se de novo lá.

O efeito principal da mundialização atual é, na verdade, que ela age simultaneamente, de maneira acelerada, sobre dois “exteriores”, a esfera doméstica, e o exterior “geográfico”. Até então, o capitalismo mundial exerceu seu papel alternativamente sobre os dois exteriores, reconstituindo a família na Europa enquanto conquistava a Ásia e a África, depois “re-virginizando” suas antigas colônias enquanto incorporava as taxas reprodutivas (após tê-las delegado parcialmente ao Estado) numa lógica mercantilista.

Por trás da dialética de gênero e trabalho desenrola-se todo um esquema delirante. A articulação e implementação das quatro formas de mundialização analisadas no início do texto apontam para a irreversibilidade: quando um país e uma região são “empurrados para a mundialização”, alteram seu modo de consumo, como o trigo que substitui o milho ou jovens dispostos a matar por um par de tênis Nike. Quando a fábrica da Nike (ou outra) partir, ficará o resto. A aceleração dos fenômenos da individuação leva à diminuição da solidariedade intrafamiliar, à alta da proporção de mulheres chefes de família, a comportamentos migratórios desajustados, mas também à tomada de consciência da impotência face aos estragos irreversíveis das políticas liberais na questão social. A obsolescência ultra-rápida de zonas de produção descartadas tão logo instaladas deixa então “para trás” centenas de milhares de pessoas: os dois terços da África, mas também uma grande parte da própria China,²³ da Índia, da Ásia Central, da América Andina. A “boa governança” atribuída ao que resta dos Estados poderia ser assim resumida: “Nós nos retiramos, mas cuide para governar bem o desastre que deixamos”.

Os efeitos da mundialização vão além da exacerbação das tendências passadas, em relação à atribuição de homens e mulheres a tipos de trabalho. O que se passa diante de nossos olhos é uma reconfiguração importante e rápida da divisão sexual do trabalho em escala mundial, cujos aspectos estritamente econômicos (o custo do trabalho em particular) estão longe de ser o único determinante.

Tais mudanças podem ser interpretadas como a perpetuação de uma longa tendência (a mundialização reforça as desigualdades e, portanto, a desigualdade entre homens e mulheres), mas na verdade são mais que isso. A criação de trabalho assalariado para centenas de milhões de mulheres em um período muito curto ao longo da história, em atividades muito diversas (indo do *care* nas metrópoles do Norte, ao mais bárbaro *sweating system*,²⁴ ignorado ou denunciado no Sul com comiseração), não é um avatar entre outros de uma mundialização triunfante e sim o resultado dela. Não se trata de uma fase transitória, com as mulheres representando de alguma forma o “elo fraco” da resistência à mundialização, e com o desenvolvimento de seu trabalho apenas prefigurando o dos homens. Nas fases anteriores da mundialização, os problemas

puramente econômicos pareciam terem sido resolvidos pela própria mundialização econômica. Um único problema subsistia: a submissão da ordem doméstica. E este único problema, cuja superação se impunha ao capitalismo, permitiu “religar a máquina”. A partir de então, não havia mais problema: a mundialização cria emprego, e riqueza suficiente que pode ser redistribuída em parte para os pobres que ela engendrou. A ordem doméstica está em vias de ser submetida à ordem econômica, totalmente instrumentalizada. A mundialização imobiliza os que precisam ser imobilizados, faz circular os que têm de circular, e utiliza e descarta uns e outros. O problema acabou; as soluções também.

*Este artigo foi originalmente publicado no periódico *Cahiers du Genre*, n.40 (*Travail et mondialisation – Confrontations Nord/Sud*), p.39-65, 2006. Agradecemos especialmente à editora Helena Hirata pela liberação dos direitos de divulgação para a revista *INTERFACEHS*. Traduzido por Marinilzes Moradillo Mello.

NOTAS

¹ Esta tradução optou por manter o termo “mundialização” e não “globalização”, hoje desgastado por sua aplicação aos mais diversos contextos. (N.T.)

² Ruth Pearson afirma que a legitimação do que ela chama de “mito engiliano” é problemática: “A participação das mulheres na economia monetarista – tanto pelo emprego industrial como pela produção realizada no ambiente doméstico de bens destinados ao mercado mundial ou internacional, como no caso do vestuário ou dos calçados de esporte, ou ainda através das atividades de sobrevivência, comerciais ou de serviço – não será suficiente para que elas atinjam a igualdade e o *empoderamento* nas instituições internacionais” (Pearson, 2004, p.119). *Empoderamento* significa “habilitação”, capacidade ao mesmo tempo de desenvolver, de forma autônoma, suas próprias potencialidades – capacidades – e participar da deliberação política.

³ De acordo com o relatório da CNUCED (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento) sobre o investimento no mundo em 22 de setembro de 2004 (UNCTAD 2004, p.8, 263 e 318), os serviços representaram, em 2002, 67% dos fluxos de investimentos transnacionais. O mesmo relatório afirma que “seria falta de clareza adotar medidas visando preservar a todo custo empregos no setor de serviços nos países de origem”. Cerca de 54%

dessa descentralização ocorre, contudo, entre países desenvolvidos, e a Índia parece ser o único “destino importante do mundo em vias de desenvolvimento”.

⁴ Cf. em particular Michael Hardt e Antonio Negri (2000); André Gorz (2003); Carlo Vercellone (2003).

⁵ Cf. por exemplo o artigo de Niall Ferguson, professor de Harvard, no *New York Times* de 13 de março de 2005: “The Way we Live now: Our Currency, Your Problem”.

⁶ Por exemplo, enquanto o presidente Lula prometia em seu programa de governo (*Programa de governo, 2002*, São Paulo, 2002) dobrar o salário mínimo desde a sua posse, em janeiro de 2003, o ministro da Economia (Antônio Palocci Filho), o mesmo que havia coordenado a Comissão de programa de governo, indicava claramente que esse objetivo ficaria *sine die*, tendo em vista a necessidade de redução da dívida pública. O salário mínimo, no entanto, foi aumentado em mais de 40% nos anos seguintes.

⁷ O que Pierre Bourdieu chamava de a “magia performática da instituição” (1982, p.101).

⁸ Mesmo que as atividades sazonais (colheita de morangos na Andaluzia, de laranjas na Flórida etc.) sejam exercidas majoritariamente por imigrantes.

⁹ Por exemplo, as jovens iemenitas, as mais cobertas do mundo muçulmano, usam com frequência *jeans* da moda sob o véu; e o McDonald’s sem carne bovina está indo muito bem na Índia.

¹⁰ Com efeito, era possível encontrar letras de câmbio venezianas em Amsterdã, mas elas levavam três semanas para chegar; os escravos no porão de um navio deslocavam-se certamente mais lentamente do que um imigrante em vôo *charter*; as especiarias orientais levaram dois séculos – um pouco mais que a Coca-cola – para se impor na Europa; pudemos ver os atentados de 11 de setembro de 2001 ao vivo, e perdemos, por pouco, o *tsunami* de 26 de dezembro de 2004.

¹¹ Cf. Hardt e Negri (2000, particularmente os capítulos II.5, III.4 e III.6).

¹² Cf. a virulenta crítica da obra de Hardt e Negri feita por Boron (2003).

¹³ Cf. três longas abordagens de Yann Moulier-Boutang (1998) sobre a questão.

¹⁴ No primeiro capítulo da obra de Simon Schama (1991), intitulado “Le mystère du cachot des noyades”, o autor conta que, ao longo do século XVII, existia em Amsterdã uma casa de correção na qual se encontrava, segundo um visitante da época, uma “caixa d’água usada para reprimir os rapazes que se recusaram a trabalhar”. Numa grande cisterna, abriam-se as torneiras, e os rapazes em questão eram “colocados com uma única bomba d’água, o que os obrigava a trabalhar para salvar a pele” (p.38). A eficiência daquilo que Schama denomina (p.43) “uma experiência de persuasão behaviorista administrada com

sangue-frio” permanece incerta. Amsterdã deparou com uma acumulação (um “excesso”) de riquezas inúteis, falta de trabalhadores dispostos a trabalhar. A mundialização moderna precisava ser inventada.

¹⁵ Cf. Lourdes Benería et al. (2000, p.11): “A desigualdade de gênero pode estimular o crescimento, e o crescimento pode exacerbar a desigualdade de gênero”.

¹⁶ No original “BTP”, certificado de qualificação profissional de nível básico na área da construção civil, segmento de obras públicas. (N.T.)

¹⁷ E que continua de todo modo para um bom número de homens: mexicanos que atravessam a fronteira para o Norte, chineses endividados enfiados em contêineres, africanos que embarcam em direção às Canárias sem saber verdadeiramente o que os espera na chegada.

¹⁸ Devemos a Robert Salais (1977) a utilização, pela primeira vez, dessa metáfora. O exemplo escolhido foi o da criação de grandes estabelecimentos comerciais no Oeste da França.

¹⁹ O que não era de modo algum fácil; além de se usar o *cachot des noyades*, foi necessário prender algumas centenas de milhares de relutantes. Sobre a questão, ver Bronislaw Geremek (1987).

²⁰ Cf. nota 4. É sem dúvida André Gorz que vai mais longe nessa via; ele escreve, por exemplo (2003, p.17): “O fornecimento de serviços, o trabalho intangível, torna-se a forma hegemônica do trabalho, o trabalho tangível é enviado à periferia do processo de produção, onde é inteiramente externalizado. Torna-se um ‘momento subalterno’ desse processo, ainda que permaneça indispensável e mesmo determinante do ponto de vista quantitativo. O coração da criação é o trabalho intangível”.

²¹ O modelo econômico subjacente a esse argumento, repousando sobre o que chamei de “renda de exploração”, foi exposto em Lautier (1998, 2ª parte).

²² Esbocei, rapidamente, ideias já desenvolvidas antes, por exemplo, em Lautier (2004).

²³ Há certa tendência em ver a indústria chinesa por meio dos exemplos das zonas francas do Sul; nas velhas regiões industriais do Norte, como Shenyang, conglomerados são demolidos e vendidos como sucata (à exceção de algumas empresas viáveis, cedidas em concessão a funcionários), todo o “Estado providência” que recuperava, na verdade, empresas arruinadas, e as municipalidades que gerem de algum modo uma pobreza galopante. Cf. Antoine Kernén (2004).

²⁴ Método de exploração do trabalho que consiste em suprir matérias-primas aos trabalhadores, remunerando o trabalho por peça produzida. (N.T.)

REFERÊNCIAS

BENERÍA, Lourdes; FLORO, Maria; GROWN, Caren; MACDONALD, Martha (Ed.). Gender: a special issue on globalization. *Feminist Economics*, v.6, n.3, Nov. 2000.

BORON, Atilio A. *Empire et impérialisme: critique de Michael Hardt et Antonio Negri*. Paris: L'Harmattan, 2003. (Forum du Tiers Monde).

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.

GEREMEK, Bronislaw. *La potence ou la pitié: l'Europe des pauvres, du Moyen Âge à nos jours*. Paris: Gallimard, 1987. (Bibliothèque des histoires).

GORZ, André. *L'immatériel: connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée, 2003. (Débats).

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Paris: Exils, 2000. (Essais).

KERNEN, Antoine. *La Chine vers l'économie de marché: les privatisations à Shenyang*. Paris: Karthala, 2004.

LAUTIER, Bruno. Pour une sociologie de l'hétérogénéité du travail. *Revue Tiers Monde*, t.XXXIX, n.154, "Les transformations du travail", avril-juin 1998.

LAUTIER, Bruno. *L'économie informelle dans le tiers monde*. 2.ed. Paris: La Découverte, 2004. (Repères).

LUXEMBURG, Rosa. *L'accumulation du capital*. Paris: François Maspero, [1913]1969.

MOULIER-BOUTANG, Yann. *De l'esclavage au salariat: économie historique du salariat bridé*. Paris: PUF, 1998. (Actuel Marx).

PEARSON, Ruth. Women, work and empowerment in a global era. *IDS Bulletin*, v.35, n.4, "Repositioning Feminisms in Development", Oct. 2004.

SALAI, Robert. Analyse des mécanismes de détermination du chômage. In: OCDE. *Les déterminants structurels de l'emploi et du chômage*. t.II. Paris, 1977.

SCHAMA, Simon. *L'embarras des richesses: la culture hollandaise au siècle d'or*. Paris: Gallimard, 1991.

UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development – CNUCED). *World Investment Report – 2004: the shift towards services*. New York & Genève: United Nations, 2004.

VERCELLONE, Carlo (Ed.). *Sommes-nous sortis du capitalisme industriel?* Paris: La Dispute, 2003.
